

ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR: PRÁTICAS INCLUSIVAS DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL DA ROSA EM PAUDALHO-PE

Marcia Candido dos Santos Lima ¹
Marcela Karolinny da Silva Costa ²

INTRODUÇÃO

No cenário educacional contemporâneo, a inclusão é uma pauta fundamental que busca garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas limitações. Nesse contexto, o atendimento pedagógico domiciliar surge como uma estratégia importante para promover a inclusão de estudantes impossibilitados de frequentar a escola devido a questões de saúde.

Conforme descrito por Albertoni, Goulart e Chiari (2011), Ceccim (1999, 2010), Fonseca (2008, 2015), Fonseca e Ceccim (1999), a criança doente e/ou hospitalizada, independentemente do período de permanência no hospital ou em ambiente domiciliar e da natureza de sua enfermidade, tem seu direito de escolarização garantido pela Constituição Brasileira de 1988 e pelas normativas que são especificamente dedicadas às crianças em situação de hospitalização e/ou adoecimento.

Nessa perspectiva de educação, expande-se a discussão, que extrapola os muros da escola, promovendo diálogo com outras áreas para pensar o ser humano como um todo. Pretende-se despertar o interesse por essa temática, pela efetivação desse direito, com o favorecimento da articulação intersetorial nas normatizações que regulamentam o Atendimento Pedagógico Domiciliar.

Para tal, é importante que nas situações em que a atuação do professor ocorre em contextos diferentes, como no Atendimento Pedagógico Domiciliar, é necessário que o profissional ultrapasse as expectativas educacionais e se aproprie da condição de saúde, diagnóstico, intervenções, tratamentos do estudante para adequar suas propostas, solicitações, respeitando sempre as condições clínicas e limitações do aluno (LEON E MIRANDA, 2011; FONTES, 2005).

¹ Graduando do Curso de Especialização no Curso Gestão Pública Municipal da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, marcialym15@gmail.com;

² Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação pela da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, marcelakcosta.edu@gmail.com;

Neste trabalho, é compartilhado os resultados obtidos a partir de práticas inclusivas realizadas na Escola Municipal Manoel da Rosa, localizada em um bairro periférico da cidade de Paudalho, Pernambuco. Entendendo a urgente necessidade de 5 estudantes, foi criado o projeto escolar “EMMR além dos muros”.

Participaram do projeto, 5 crianças, 5 apoiadoras (profissionais que acompanham o estudante nas atividades pedagógicas), professores, coordenadores e gestores da instituição de ensino. O projeto teve como objetivos Promover a inclusão de estudantes com deficiências nas atividades pedagógicas; Desenvolver habilidades motoras e cognitivas em estudantes que estão impossibilitados de ir à escola e Garantir direitos dos estudantes com Deficiência o acesso a educação de qualidade.

Apesar de haver a preocupação de que essas crianças possam ter acesso a uma educação de qualidade, ainda encontramos vários tabus no processo de ensino aprendizagem desses educandos.

HOMESCHOOLING E ENSINO DOMICILIAR: APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS À LUZ DE REFERÊNCIAS ACADÊMICAS E LEGISLATIVAS

O ensino domiciliar tem ganhado destaque como uma alternativa ao ensino tradicional, gerando debates sobre seus benefícios e desafios. Duas formas amplamente utilizadas de ensino em casa são o atendimento pedagógico domiciliar e o homeschooling. Embora compartilhem a característica de serem realizados no ambiente doméstico, essas abordagens diferem em aspectos fundamentais, como o envolvimento do estado, o currículo e a interação social.

O atendimento pedagógico domiciliar, também conhecido como escolarização em casa, é uma forma de ensino em que o Estado assume a responsabilidade de prover a educação para crianças e adolescentes que, por motivos de saúde ou outros impedimentos, não podem frequentar regularmente uma escola. Essa modalidade é amparada por legislação específica em diversos países, como a Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no Brasil, como já mencionado anteriormente.

Segundo Mendes (2018), o atendimento pedagógico domiciliar envolve a designação de um professor ou tutor para fornecer suporte educacional individualizado no ambiente familiar. A abordagem pedagógica segue um currículo definido pelo sistema educacional, adaptado às necessidades do aluno. A interação social pode ser estabelecida por meio de visitas regulares a instituições de ensino ou grupos de estudo.

O homeschooling, por outro lado, é uma forma de ensino em casa em que os pais assumem o papel de educadores e são responsáveis por planejar, implementar e avaliar o currículo de seus filhos, sem a intervenção direta do Estado. Essa abordagem tem crescido em popularidade em diferentes partes do mundo, mas sua legalidade e regulamentação variam amplamente.

De acordo com Moore e Moore (2010), no homeschooling, os pais possuem liberdade para escolher os materiais didáticos, as metodologias de ensino e os conteúdos curriculares mais adequados para seus filhos. A interação social pode ser promovida por meio de grupos de estudo, atividades extracurriculares e envolvimento na comunidade.

Embora ambas as abordagens proporcionem um ambiente de aprendizagem individualizado, o atendimento pedagógico domiciliar tem a vantagem de contar com a orientação de profissionais da educação, seguindo um currículo oficial. Já o homeschooling oferece flexibilidade e personalização do currículo, permitindo uma abordagem mais adaptada às necessidades e interesses específicos do aluno.

Uma das principais críticas ao homeschooling é a possível falta de interação social e diversidade de experiências que podem ser encontradas em um ambiente escolar tradicional. No atendimento pedagógico domiciliar, por outro lado, há uma maior oportunidade de integração social, seja através de atividades organizadas pelas instituições de ensino ou por meio da interação com outros alunos em situações particulares.

A regulamentação do atendimento pedagógico domiciliar varia de acordo com a legislação de cada país. No Brasil, por exemplo, a LDBEN prevê essa modalidade de ensino como um direito garantido pelo Estado para crianças e adolescentes que não podem frequentar uma escola regularmente. Já o homeschooling pode ser legalmente aceito em alguns países, como nos Estados Unidos, mas em outros, sua prática pode ser limitada ou até mesmo proibida.

O atendimento pedagógico domiciliar e o homeschooling apresentam diferenças significativas em termos de envolvimento estatal, currículo e interação social. Enquanto o atendimento pedagógico domiciliar é uma opção para estudantes que não podem frequentar a escola por motivos de saúde, o homeschooling é uma escolha feita pelos pais que desejam ter controle total sobre o currículo e a educação de seus filhos. É essencial que as políticas públicas e a legislação sejam cuidadosamente elaboradas para garantir a qualidade e a igualdade de oportunidades educacionais em ambas as modalidades.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia utilizada incluiu revisão bibliográfica, observação participante e entrevistas. A observação dos participantes foi realizada na Escola Municipal Manoel da Rosa, permitindo conhecer as práticas inclusivas adotadas pela escola e o funcionamento do atendimento pedagógico domiciliar. Foram realizadas entrevistas com as apoiadoras escolares, alunos e suas famílias, a fim de coletar informações sobre as práticas inclusivas e o atendimento pedagógico domiciliar. Na entrevista, foram feitas as perguntas do quadro 1 e posteriormente analisadas.

Quadro 1 - Perguntas realizadas nas entrevistas

GRUPO	PERGUNTAS
Apoiadoras	<ul style="list-style-type: none"> - Como foi o contato inicial com o aluno e a família? - Quais os maiores desafios do atendimento pedagógico domiciliar? - Qual a diferença do rendimento educacional do estudante com relação ao ensino na escola e em casa?
Famílias	<ul style="list-style-type: none"> - Como foi receber a proposta de ter atendimento pedagógico domiciliar para seu filho? - Qual o maior desafio ao aceitar participar do projeto? - Como sua criança tem recebido essa iniciativa?
Crianças	<ul style="list-style-type: none"> - Como você se sente quando a tia vem pra sua casa? - O que você mais gosta que ela faça quando vem? - Mostra uma coisa legal que você aprendeu em casa com a tia!

Fonte:

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa destacam as práticas inclusivas adotadas pela Escola Municipal Manoel da Rosa, incluindo adaptações curriculares, suporte pedagógico individualizado, e a realização de atendimento pedagógico domiciliar para alunos que não podem frequentar a escola regularmente. As entrevistas revelaram os benefícios do atendimento pedagógico domiciliar, como a continuidade do processo de aprendizagem, a manutenção do vínculo com a escola e a melhoria na qualidade de vida dos alunos. No entanto, os desafios enfrentados na implementação dessas práticas incluem a necessidade de formação docente específica, a garantia de recursos adequados e o estabelecimento de parcerias com profissionais de saúde e assistência social. As figuras abaixo, organizam os

principais eixos destacados pelos grupos entrevistados, tanto como ponto positivo quanto negativo.

Apoiadora

família

criança



A receptividade dos alunos especiais ao receber apoio escolar em seu lar pode variar dependendo do indivíduo e de sua situação específica. Alguns alunos podem se sentir mais confortáveis e receptivos ao receber apoio escolar em casa, pois estão em um ambiente familiar e seguro. Eles podem se sentir mais à vontade para expressar suas necessidades e dificuldades, além de receber atenção individualizada. Por outro lado, alguns alunos especiais podem ter dificuldades em se adaptar a receber apoio escolar em casa. Eles podem sentir falta do ambiente escolar e socialização com outros alunos. Além disso, podem encontrar distrações em casa que dificultam a concentração e o foco nas atividades escolares.

Portanto, é importante que os profissionais responsáveis pelo apoio escolar em casa sejam sensíveis às necessidades e preferências individuais dos alunos especiais. Eles devem criar um ambiente acolhedor e estimulante, adaptando as atividades de acordo com as habilidades e interesses do aluno. Também é fundamental manter uma comunicação aberta com os pais e responsáveis, para garantir que a abordagem de apoio escolar em casa seja eficaz e adequada para cada aluno.

CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa destacam as práticas inclusivas adotadas pela Escola Municipal Manoel da Rosa, incluindo adaptações curriculares, suporte pedagógico individualizado, e a realização de atendimento pedagógico domiciliar para alunos que não podem frequentar a escola regularmente. As entrevistas revelaram os benefícios do

atendimento pedagógico domiciliar, como a continuidade do processo de aprendizagem, a manutenção do vínculo com a escola e a melhoria na qualidade de vida dos alunos. No entanto, os desafios enfrentados na implementação dessas práticas incluem a necessidade de formação docente específica, a garantia de recursos adequados e o estabelecimento de parcerias com profissionais de saúde e assistência social.

Além disso, a pesquisa também destaca a importância do envolvimento dos pais e responsáveis no processo de apoio escolar em casa. A comunicação aberta e colaborativa entre os profissionais de educação e as famílias é essencial para garantir que o apoio seja eficaz e adequado.

Palavras-chave: Resumo expandido; Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

REFERÊNCIAS

Albertoni, C. C. Goulart, B. N. G., & Chiari, B. M. (2011). Implantação de Classe Hospitalar em Hospital Público Universitário de São Paulo. *Revista Brasileira: Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 21(2), 362-367.

Ceccim, R. B. (2010). Classes educacionais hospitalares e a escuta pedagógica no ambiente hospitalar. Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar. *Cadernos Temáticos*, 33-37. Recuperado em 20 de agosto de 2019 de http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_sareh.pdf

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 Recuperado em 20 de agosto de 2019 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)

Mendes, e G. Atendimento pedagógico domiciliar: uma análise sobre a sua utilização como direito à educação. *Anais do XI Seminário Internacional Direitos Humanos, Trabalho e Inclusão Social*, 2018.

Moore, R. W., & Moore, D. *Home Grown Kids*. RiverRidge Press, 2010.